

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.157 - MG (2020/0046574-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MICHAEL JUNIO RODRIGUES DA CRUZ**  
**ADVOGADOS** : **JESSICA AGUILAR BENFICA - MG183146**  
ALEXANDRE CAVALCANTE CARNEIRO - MG172245  
THALITA DE FATIMA ANDRADE BOMFIM - MG192951  
ELISA BORGES MATOS - MG196122  
HOBERDAN FERNANDO MAGALHAES SOUZA - MG179985  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MICHAEL JUNIO RODRIGUES DA CRUZ, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MICHAEL JUNIO RODRIGUES DA CRUZ, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 03/04/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 22/04/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como o art. 798 do Código de Processo Penal.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 23/08/2019, sendo o agravo somente interposto em 11/11/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do

# *Superior Tribunal de Justiça*

prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, do Código de Processo Civil, bem como do art. 798 do Código de Processo Penal.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal. Na espécie, os embargos de declaração opostos em face da decisão que inadmitiu o recurso especial não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1261554/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/08/2018.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente